



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

## Número 143 - Junho 2009

### NOSSA OPINIÃO

- [Enfrentamento entre dois mundos na Amazônia peruana](#)

### COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Cidadãos do Mekong entregam 15.000 assinaturas da petição “Salvem o Mekong” ao Primeiro Ministro tailandês](#)
- [Guatemala: os amargos impactos da cana-de-açúcar](#)
- [Nigéria: o longo braço da justiça está finalmente atingindo a Shell](#)
- [Peru: o genocídio silencioso dos últimos indígenas não contatados](#)

### COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Índia: plantações de jatrofa destroem o sustento de comunidades locais pobres](#)
- [Uganda: expansão das plantações de dendezeiros da BIDCO aumentará o risco para o sustento das comunidades locais](#)
- [Uruguai: histórias eucalipticas e celulósicas da Ence, Arauco e Stora Enso](#)
- [A Arborgen procura legalizar os Eucaliptos GM nos EUA. O Brasil não está longe disso](#)

### PALAVRAS E NÃO FATOS NAS CONVERSAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

- [A fenda aberta entre a ciência do clima e as negociações climáticas](#)
- [GenderCC exige deter o desmatamento de vez sem promover a compensação de carbono](#)

## NOSSA OPINIÃO

### **Enfrentamento entre dois mundos na Amazônia peruana**

O governo peruano escolheu o simbólico dia internacional do meio ambiente para lançar uma sangrenta repressão contra os povos amazônicos. O motivo: a decidida oposição das comunidades amazônicas ao ingresso de indústrias social e ambientalmente destruidoras como a mineração, a exploração petrolífera, as monoculturas de árvores e os agrocombustíveis em seus territórios.

As comunidades amazônicas tinham iniciado em 9 de abril o que chamaram de “greve por tempo indeterminado” na Amazônia peruana toda (ver Boletim Nº 142 do WRM), em resposta ao descumprimento do Congresso da República de revisar uma série de decretos lesivos para os direitos dos povos indígenas. Tratava-se de decretos emitidos pelo Executivo no quadro da implementação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos.

Ao desencadear a massacre no Dia do Meio Ambiente, o governo de Alan García mostrou às claras ao mundo o pouco interesse que tem pela conservação ambiental e o grande apreço que tem pelas grandes corporações que querem explorar – e ao mesmo tempo destruir- os recursos naturais do país. O que é mais sério ainda, declarou publicamente seu desprezo pela vida dos povos indígenas que tentam defender o pouco que vai restando do avanço de um modelo de “desenvolvimento” que já tem evidenciado demais seu caráter social e ambientalmente destruidor.

A partir dessa sangrenta repressão e do estado público que o evento adquiriu em nível internacional, a Amazônia peruana se transformou no símbolo de um enfrentamento entre duas concepções sobre o presente e futuro da humanidade que se desenvolve no cenário mundial.

De um lado está o mundo do interesse econômico, que implica a destruição social e ambiental, a imposição pela força, a violação de direitos. Esse mundo não está logicamente representado pelo presidente peruano, que é apenas um assistente transitório e descartável das corporações, como fica evidenciado agora pelo destino sofrido pelo antigo todopoderoso presidente Fujimori. No entanto, o papel desses assistentes é muito importante, já que são os que lhe outorgam as necessárias características de “legalidade” a um processo que viola desde todos os pontos de vista os mais elementares direitos dos povos.

No outro extremo está o mundo dos que visam a um futuro solidário e respeitoso da natureza, simbolizado neste caso pelos povos indígenas da Amazônia, mas que está também presente em similares lutas no mundo inteiro, enfrentadas a governos que também estão ao serviço do interesse econômico das grandes empresas. Somente para nomear alguns, esses são os casos da luta atual dos países do sudeste asiático para defender o rio Mekong –do que se alimentam milhões de pessoas- de sua destruição por gigantescas barragens hidrelétricas; a luta dos povos da África contra a exploração petroleira e madeireira; as lutas dos povos tribais da Índia para a defesa de suas florestas contra a mineração e assim por diante.

Neste enfrentamento, a hipocrisia dos que procuram impor o modelo destruidor parece não ter limites. No caso do Peru, o próprio presidente Alan García, que quer abrir a Amazônia para a exploração, declarou há pouco mais de um ano que queria “impedir que essa riqueza básica que Deus nos deu, se degrade por obra do homem, pela incompetência dos que atuam sobre a terra ou os que trabalham economicamente e para isso criamos este Ministério do Ambiente”.

Em escala global, o tema da hipocrisia governamental também resulta muito claro e ainda mais se for analisado da perspectiva climática. Os governos têm concordado, em um interminável processo internacional iniciado em 1992, que a mudança climática é a pior ameaça enfrentada pela humanidade. Também concordaram que as duas principais causas da mudança climática são as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do uso de combustíveis fósseis e do desmatamento. Finalmente, concordam que é preciso fazer algo nesse sentido. Depois de assinar os acordos cabíveis e de voar para retomar a seus países, dedicam seu maiores esforços a promover a exploração petroleira e/ou o desmatamento.

Sem precisar da criação de ministérios do ambiente ou de participar em processos internacionais contra a mudança climática, os povos estão levando a cabo numerosas ações para defender o ambiente e o clima das ameaças à espreita. Em quase todos os casos, essas ações são criminalizadas ou reprimidas –tanto no Sul quanto no Norte- por aqueles que as deveriam impulsionar e apoiar: os governos.

No atual caso simbólico do Peru, os povos amazônicos –com o apoio de milhares de cidadãos do mundo inteiro- têm ganhado uma importante batalha neste enfrentamento entre dois mundos. Logicamente que ninguém pensa que a luta acaba aqui, mas se trata de uma vitória que dá esperança a muitos outros povos que lutam por objetivos similares, bem como ao mundo inteiro, já que do resultado do enfrentamento entre estes dois mundos depende o destino da humanidade.

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### **Cidadãos do Mekong entregam 15.000 assinaturas da petição “Salvem o Mekong” ao Primeiro Ministro tailandês**

COMUNICADO DE IMPRENSA. Em uma osada e efusiva manifestação de preocupação pública pelo rio Mekong no Sudeste Asiático, mais de 15.000 pessoas dos seis países da região do Mekong e do mundo todo assinaram a petição “Salvem o Mekong” que insta os governos a abandonar os planos para o desenvolvimento hidrelétrico ao longo do rio. A petição- escrita em sete línguas- foi entregue em mãos ao Primeiro Ministro da Tailândia, H.E. Abhisit Vejjajiva no dia 18 de junho em Bangkok, e enviada a outros líderes governamentais da região.

A despeito do forte apoio governamental para a construção de barragens no rio Mekong, mais de 10.000 pessoas da região do Mekong assinaram a petição dirigida aos Primeiros Ministros do Camboja, RDP do Laos, Tailândia e Vietnã exigindo que o rio continue fluindo livremente e que vão no encalço de opções de geração de eletricidade menos prejudiciais. A petição foi assinada por pescadores e agricultores que vivem ao longo do rio principal e seus afluentes, bem como por monges, estudantes, cidadãos e até algumas das renomadas celebridades da região. Outras 5.000 pessoas do mundo inteiro assinaram os cartões postais e uma petição on-line.

Muitos dos signatários dos cartões escreveram mensagens pessoais aos líderes da região:

“Não permitam que as hidrelétricas bloqueiem o futuro de nossas crianças!” *Wang Dezhi, Yunnan, China*

“Não construam as barragens no Mekong. As hidrelétricas que existem na Tailândia Acenderam a luta entre irmãos e irmãs!” *Mak Vangdokmai, Roi et, Tailândia*

“Amo meu país. Não quero ver como alguns destroem meu país natal movidos pela cobiça. Por isso gostaria de fazer tudo o possível para proteger nosso Mekong!” *Sneampay, Vientiane, Laos*

“Se as barragens são construídas, onde vamos viver todos nós?” *Villager, Stung Treng province, Camboja.*

“Salvem a todos nós, salvem nossos recursos! A eletricidade não é tudo!” *Nguyen Thanh Hang, Hanoi, Vietnã*

A pescaria no Mekong providencia uma fonte crucial de alimentos e renda para milhões de pessoas ao longo do rio. Recentes estimativas oficiais avaliam a pescaria silvestre no rio em mais de US\$ 3 bilhões anuais. As barragens principais irão bloquear as migrações de peixes que correspondem a mais de 70% da pescaria comercial no rio e que garante a segurança alimentar da região. As experiências no mundo inteiro demonstram que não há forma de mitigar os impactos na pescaria decorrentes destas enormes hidrelétricas.

Grupos da sociedade civil tanto na região do Mekong quanto em nível internacional vêm alertando sobre os planos de construção de onze hidrelétricas no Baixo Mekong há muitos anos, no que é frequentemente descrito como uma batalha íngreme.

VIDE O COMUNICADO DE IMPRENSA NA ÍNTEGRA EM

[http://www.wrm.org.uy/deforestation/dams/Press\\_Release\\_Mekong.pdf](http://www.wrm.org.uy/deforestation/dams/Press_Release_Mekong.pdf)

Maiores informações sobre a iniciativa “Salvem o Mekong” e os planos de apoio do governo às hidrelétricas no Mekong estão disponíveis em inglês, birmanês, chinês, khmer, laosiano, tailandês e vietnamita no site da coalizão [www.SavetheMekong.org](http://www.SavetheMekong.org)

**início**

---

### **Guatemala: os amargos impactos da cana-de-açúcar**

Uma das culturas que mais impactos negativos tem gerado desde seu começo até hoje em nosso país é a cana-de-açúcar. As plantações de cana foram estabelecidas nas Planícies do Pacífico, uma área rica devido à fertilidade do solo de origem vulcânica e à quantidade de água que recebe da chuva e dos rios que nascem na cadeia vulcânica. Tais condições foram perfeitas para o desenvolvimento da cultura e da expansão dos engenhos açucareiros; hoje em dia a Guatemala é o quinto colocado como exportador de açúcar em nível mundial e o segundo como produtor na América Latina e o Caribe.

Atualmente operam 14 engenhos açucareiros, em 2007 as plantações de cana-de-açúcar ocupavam 216 mil hectares cultivados, uma extensão aproximada ao tamanho do departamento de Guatemala (225.300 hectares) que é significativo para o tamanho de nosso país. (108.889 km<sup>2</sup>).

Um dos problemas mais graves gerados pela monocultura da cana é a destruição total dos ecossistemas onde é estabelecida, sendo que na Guatemala tem significado a desapareção de vastas áreas de florestas.

A isso acrescenta-se o uso exagerado de água, fato que afeta as comunidades humanas e gera impactos diretos e indiretos nos ecossistemas terrestres e marinho-costeiros. A queima de cana-de-açúcar polui o ambiente, afeta a saúde das

populações locais e libera CO<sub>2</sub>, um dos gases de efeito estufa. A queima destas plantações, ano após ano, contribui ao aquecimento global. Na época da colheita, os engenhos açucareiros desviam os rios para suas plantações, e neles despejam seus detritos, deixando as comunidades sem água.

Na época das chuvas os canais e valas, abertos para as plantações serem irrigadas, levam a água para o interior e provocam enchentes, colocando muitas comunidades em situação de risco e vulnerabilidade. A isso acrescenta-se a poluição gerada pelo uso excessivo de agroquímicos, pesticidas e maturadores que através dos rios são transportados rumo aos ecossistemas marinho- costeiros, como o manguezal.

Um dos problemas que deve enfrentar a indústria açucareira é a quantidade de terra disponível para expandir a monocultura. Conforme declarou Armando Boesche, gerente da Associação de Açucareiros de Guatemala (Asazgua), em 2007, “Já não há disponibilidade de terras porque o limite já foi atingido”. Esta situação tomou-se uma ameaça para os ecossistemas e as comunidades locais e é delicada em um país onde os conflitos territoriais têm gerado guerra, sumiços e morte.

Um exemplo claro da falta de terra foi o traslado do Engenho Guadalupe, em 2006, para o Vale do Rio Polochic, em Izabal, próximo ao refúgio de vida silvestre e sítio Ramsar Bocas del Polochic. Esta situação ameaça direta e indiretamente a zona úmida e a vida silvestre devido ao desvio de rios e ao uso de produtos agroquímicos que através das chuvas e do escoamento fluem para o rio com o risco de aumentar o crescimento da planta invasora, Hydrilla verticillata, que há vários anos está presente na área.

No sul, porém, não parece que as plantações de cana tenham atingido “o limite”, já que continua sua expansão, com o desmatamento das últimas árvores e florestas ribeirinhas que protegem os leitos dos rios e o impacto sobre espécies ameaçadas como o papagaio de nuca amarela (Amazônia O. Auropalliata) que está em sério perigo de extinção. A fronteira açucareira chegou à beira dos manguezais e em locais como Iztapa e Hawaii, duas áreas que ainda conservam este ecossistema ameaçado, as plantações chegam até seus limites produzindo um fenômeno de isolamento e pressão.

Na Guatemala não foi feita nenhuma avaliação dos impactos cumulativos destas monoculturas, que afetam tanto as comunidades vizinhas quanto os ecossistemas locais. Enquanto isso, as pessoas continuam adoçando bebidas e alimentos, desconhecendo os amargos impactos desta monocultura para a natureza e as comunidades.

Por Carlos Salvatierra. SAVIA -Escuela de Pensamiento Ecologista-Guatemala  
[savia.guate@gmail.com](mailto:savia.guate@gmail.com) [salvatierraleal@gmail.com](mailto:salvatierraleal@gmail.com) [www.saviaguatemala.org](http://www.saviaguatemala.org)

**[início](#)**

---

## **Nigéria: o longo braço da justiça está finalmente atingindo a Shell**

Em 9 de junho, Environmental Rights Action/Friends of the Earth, Nigeria (ERA/FoEN) emitiu uma declaração à imprensa descrevendo o resultado da ação de referência

intentada por Ken Saro Wiwa Jr e outros Ogonis, acusando à Shell de cumplicidade na execução do autor e ativista de direitos humanos Ken Saro-Wiwa e outros líderes Ogoni em 1995, entre outros abusos aos direitos humanos, como marco significativo na busca de justiça nos sangrentos campos de petróleo no Delta do Níger.

Depois de voltas e reviravoltas legais que duraram quase catorze anos, a Shell tem sido forçada a pagar uma composição extrajudicial de USD 15,5 milhões aos demandantes Ogoni, que têm lutado para responsabilizar à companhia pela cumplicidade nas atrocidades perpetradas contra os Ogoni na década de 90, incluindo a execução de Saro-Wiwa.

Os demandantes tinham alegado em uma ação intentada em um tribunal da Nova Iorque que a Shell financiou, armou e conspirou com as forças armadas nigerianas durante a época de Sani Abacha, que utilizava força mortal e realizava incursões massivas e brutais contra os Ogoni no Delta do Níger.

Depois do anúncio da composição na Segunda-feira (8 de junho de 2009), a Shell, em uma ligeira declaração disse que sua decisão foi um “pagamento compassivo aos demandantes e às sucessões que representam, em reconhecimento ao trágico giro dos acontecimentos na terra dos Ogoni, apesar de que a Shell não tinha participado na violência que aconteceu.”

Mas o Diretor Executivo de ERA/FoEN, Nnimmo Bassey repudiou a alegação da companhia em uma declaração emitida em Laos, insistindo que a “Súbita decisão da Shell de chegar a uma composição extrajudicial é clara evidência que a companhia é responsável das atrocidades alegadas e ainda mais.”

“Este acontecimento lança um raio de esperança para os povos do Delta do Níger, de que os atos irresponsáveis da Shell que têm violado suas terras e meios de vida nas últimas cinco décadas de exploração petrolífera na região não ficarão impunes. É no entanto triste que a justiça foi obtida não na Nigéria onde povos inocentes do Delta do Níger têm sido tachados de criminais e vândalos, mas nos afastados EUA.”

Bassey disse que o governo nigeriano deveria seguir o exemplo do resultado da ação e obrigar à Shell a começar a limpeza imediata da poluição de rios, córregos e granjas com seus obscenos lucros e responsabilizar-se de outros abusos aos direitos humanos que se amontoaram antes e depois do incidente de Saro Wiwa em 1995.

Uma outra fase da campanha legal contra a Shell está destinada à sede da Shell na Haia, Países Baixos, onde a companhia enfrenta uma ação legal por repetidos derramamentos de petróleo, intentada por residentes do Delta do Níger, apoiada por Friends of the Earth Netherlands e Friends of the Earth Nigeria.

“A clara mensagem à Shell é que não importa quão longe esteja sediada, os longos braços da justiça chegarão lá. A subjugação de pessoas inocentes e seu meio ambiente não ficará despercebida e alguém deve ser responsabilizado. A Shell pode ter conseguido eludir essa responsabilidade, mas com certeza chegará ao banco dos réus cedo” acrescentou Bassey.

O coordenador de Oilwatch International, Keania Karikpo acha que a aceitação pela Shell da composição extrajudicial com base na compaixão “é um grande insulto capaz de agitar os ânimos em um Ogoni, quando o povo está começando a desfrutar a paz perante a ausência da empresa. Sua opinião evidencia que a empresa é impenitente”.

Comunicado à imprensa de ERA, 9 de junho de 2009, [www.oilwatch.org](http://www.oilwatch.org)

**início**

---

### **Peru: o genocídio silencioso dos últimos indígenas não contatados**

O Governo do Peru é responsável não apenas pela aberta repressão dos povos amazônicos que está levando a cabo nestes dias, mas também pelo genocídio silencioso dos últimos grupos de indígenas não contatados que ainda vivem em isolamento voluntário em seus territórios ancestrais.

Como está documentado em um relatório recente de Survival International, um desses casos está acontecendo com os povos indígenas que moram ao longo do Rio Envira no departamento peruano de Ucayali.

Madeireiros ilegais têm invadido o território que pertence aos índios isolados no sudeste do Peru, obrigando-os a escapar cruzando a fronteira próxima ao Brasil, onde eles correm mais risco de entrarem em conflito com outros índios, também isolados, que já se estabeleceram no Brasil. Uma comunidade das que já se encontram no Brasil foi o sujeito das fotos publicadas no ano passado.

Os madeireiros estão em busca, principalmente, de mogno e cedro. O Peru dispõe de algumas das últimas árvores de mogno do mundo viáveis para comercialização. “(Tem havido uma) migração forçada de grupos no Peru, causada pela exploração do mogno nas cabeceiras dos rios Juruá, Purus e Envira (rios peruanos)”, diz José Carlos Meirelles, chefe do posto da FUNAI.

Apesar das evidências encontradas e mostradas, o governo do Peru ainda falha em aceitar publicamente que os índios isolados estão fugindo do Peru para o Brasil. O presidente do Peru, Alan Garcia, chegou a insinuar que tais tribos não existem.

Um outro caso é o dos indígenas Napo-Tigre no Departamento de Loreto. Empresas petroleiras multinacionais estão trabalhando dentro dos territórios de pelo menos duas tribos isoladas entre os rios Napo e Tigre no norte do Peru.

Uma delas, Perenco (uma empresa anglo-francesa), revelou recentemente suas intenções de mandar centenas de trabalhadores para essa região. De acordo com os porta-vozes da empresa, um poço de petróleo já foi perfurado.

A região onde Perenco está atualmente trabalhando no Peru fica no meio de uma área proposta para ser criada como reserva para os índios. No entanto, a presença da Perenco nesse território é rejeitada pelas organizações indígenas do Peru, as quais já entraram com alguns processos em contra da empresa.

A identidade dessas tribos isoladas ainda não é totalmente clara, mas se acredita que um deles é um sub-grupo dos 'Waorani', e o outro é conhecido com os 'Pananjuri'. No entanto, a petroleira Perenco nega a existência dessas tribos.

O presidente da Perenco, François Perrodo, se encontrou recentemente com o presidente do Peru, Alan Garcia, e dias depois, uma lei foi assinada declarando que o trabalho da Perenco nessa região é uma 'necessidade nacional'.

Outras empresas envolvidas na região dos rios Napo e Tigre são a Repsol – YPF, ConocoPhillips, a empresa nacional de petróleo colombiana, Ecopetrol, e a empresa nacional de petróleo brasileira, Petrobrás.

As tribos isoladas enfrentam duas principais ameaças para sua sobrevivência. A maior é a falta de imunidade desses índios às doenças comuns para os 'brancos', tais como a influenza (gripe comum), varicela, sarampo, além do contágio de diferentes doenças respiratórias. Mesmo quando o 'primeiro contato' entre uma tribo isolada com estranhos é cuidadosamente preparada, é bastante comum que números significativos desses índios recém contatados morram nos meses consecutivos.

E quando o 'primeiro contato' não é preparado com planos médicos já implantados, a tribo inteira, ou uma grande porção dela, corre enormes riscos de ser exterminada. Catástrofes como esta vêm ocorrendo muito comumente na Amazônia, e não apenas em um passado distante: em 1996, por exemplo, ao menos metade dos índios Murunahua no Peru morreram depois de serem contatados por madeireiros ilegais de mogno. Outra ameaça chave é simplesmente a violência: em muitos dos casos que serão retratados nesse relatório, as tribos indígenas enfrentam e enfrentaram quadrilhas de madeireiros fortemente armados dispostos a atirar sem sequer hesitar.

Ao negar-se a reconhecer a existência desses grupos e ao permitir –e inclusive promover– a entrada dos madeireiros e das companhias petroleiras em seus territórios, o governo do Peru é culpado do genocídio.

Artigo baseado em informação do relatório de Survival International "Um ano depois: tribos isoladas sofrem perigo de extinção", 29 de maio de 2009, [http://assets4.survival-international.org/documents/11/um\\_ano\\_depois.pdf](http://assets4.survival-international.org/documents/11/um_ano_depois.pdf)

**início**

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### **Índia: plantações de jatrofa destroem o sustento de comunidades locais pobres**

Os planos para o estabelecimento de plantações de jatrofa destinadas à produção de biodiesel têm como base a suposta disponibilidade de terras "estéreis e degradadas" no país. No governo existe a crença de que grandes áreas nas florestas são terrenos baldios que poderiam ser usados para a plantação de jatrofa. Tais áreas abrangem florestas degradadas, terras de pastagem, pradarias e florestas com poucos recursos.

As comunidades locais e indígenas refutam o critério de terras estéreis e degradadas. Por exemplo, muitos ecossistemas áridos e semi-áridos têm sido classificados como “estéreis e degradados”, apesar do fato de essas áreas serem frequentemente habitadas e usadas pelas comunidades, que não as consideram estéreis nem degradadas. Quando tais terras são assim categorizadas, abre-se o caminho para as plantações de jatrofa, ou para as chamadas “melhoras territoriais” às quais as comunidades afetadas se opõem fortemente.

Para satisfazerem seus ambiciosos objetivos de plantações de jatrofa, os governos estaduais como o de Chhattisgarh praticamente liberaram a corporação do desenvolvimento florestal (FDC) e o departamento florestal (FD) dando carta branca para desenvolverem essa atividade. Os funcionários da FDC e do FD começaram a plantar de forma indiscriminada e frequentemente à força as mudas de jatrofa em todo tipo de terra a seu alcance, florestal ou não florestal, ou até disputada levando a importantes violações dos direitos das vulneráveis comunidades florestais, dalits e tribais, e restringindo severamente seu direito ao sustento.

Durante a segunda metade de 2007, centenas de famílias tribais, que habitaram geração após geração nas florestas de Chhattisgarh, foram deslocadas de suas terras cultiváveis por parte do departamento florestal e a jatrofa foi plantada à força em suas terras. “A plantação forçada de jatrofa feita pelo departamento florestal tem ocorrido em, no mínimo, cinco distritos de Kawardha, Bilaspur, Korba, Kanker e Rajnandgaon,” disse Pravin Patel da Sociedade de Bem-estar Tribal.

Os Baigas são um grupo indígena, espalhado pelas regiões florestais de Chhattisgarh e Madhya Pradesh. Essas tribos vivem na extrema pobreza, plantam alimentos básicos como kodu, lentilhas e arroz onde têm acesso a terras cultiváveis. Grande parte deles envolve-se em trabalhos manuais e tomam conta do gado.

Tal como descreveu Budhu Ram de Baridih no distrito de Bilaspur, “Os funcionários florestais locais, geralmente guardas florestais e seus subordinados, acompanhados pelo Sarpanch (chefe do povoado Panchayat) vieram com um grande rebanho de gado, que de forma desenfreada estragou as lavouras, pisoteando-as e destruindo-as totalmente. Posteriormente, essas terras de lavouras foram plantadas à força com jatrofa”.

Isso foi o que ocorreu exatamente em Baigatola, povoado de Baridih no dia 7 de agosto de 2007, quando 400 cabeças de gado foram arrebanhadas nas terras cultiváveis dos Baigas, destruindo suas lavouras de kodu plantadas em junho. Toda a área foi então plantada com mudas de jatrofa. Os Baigas lutaram contra, arrancando as mudas de jatrofa e apresentando uma reclamação junto à polícia local. Mas os Baigas, Bhils e dalits em outros povoados não tiveram a mesma sorte. Os moradores que protestaram em Belgahona, Konochara, Mithu Nawagaon e Kekradihi foram espancados pelos guardas florestais e arrestados pela polícia. No processo mais de 150 famílias perderam suas terras cultiváveis, seu único meio de sustento.

A história repete-se nas florestas dos distritos de Kanker e Bastar. Conforme Ratneshwar Nath de Parivartan, uma ONG que trabalha entre as tribos dos distritos de Kanker e Bastar, um mínimo de 355 famílias de 27 povoados foram afetadas e deslocadas pela plantação forçada de jatrofa em suas terras. “Mais de mil setecentos

acres de terras cultivadas pelas tribos durante gerações, foram tiradas deles para as plantações de jatrofa”, disse Ratneshwar.

As visitas de campo e as reportagens da mídia indicam que a plantação à força da jatrofa nas terras das tribos e dalits, em terras comunais dos povoados e terras de pastagem é desenfreada em outros distritos de Raipur, Dhamtari, Kabirdham, Durg, Rajnandgaon, Korba, Sarguja e Jashpur.

Qual o interesse disso tudo? Alimentar carros!

Artigo baseado no relatório ainda não publicado por Souparna Lahiri para Amigos da Terra Internacional. Email: [lahiri2006@gmail.com](mailto:lahiri2006@gmail.com)

**início**

---

### **Uganda: expansão das plantações de dendezeiros da BIDCO aumentará o risco para o sustento das comunidades locais**

A BIDCO, o maior fabricante de óleos vegetais, gorduras, margarina, sabões e concentrados protéicos que mais rapidamente se expande na África Central e Oriental está investindo em uma plantação multimilionária de dendezeiros nas ilhas Bugala em Kalangala. A companhia conta com parceiros para esse investimento tais como a Archer Daniels Midlands dos EUA, o Wilmar Group da Malásia e a Josovina de Cingapura. Entre esquema do Projeto de Desenvolvimento de Óleo Vegetal da Uganda (VODP, sigla em inglês), a Fundação Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD, sigla em inglês) e o Banco Mundial concedem um empréstimo de dez milhões de dólares para apoiar as plantações e a infra-estrutura necessária, o Governo contribuirá com doze milhões de dólares em terras, eletricidades e caminhos e a BIDCO investirá cento e vinte milhões (vide boletim do WRM Nº 100)

O projeto tinha como objetivo a plantação de 10.000 hectares de dendezeiros nas ilhas Bugala. Até agora quase toda a área planejada já foi plantada. Do total, 6.500 ha foram plantados sob o modelo de propriedade núcleo e 3.500 por pequenos proprietários/ terceiros.

Conforme os proponentes, o projeto visava à melhora dos meios de vida da população ugandense e em particular de Kalangala, principalmente o estado de nutrição da população pobre e a redução da carga derivada dos custos de importação em nível nacional de óleos vegetais.

Até hoje, a Oil Palm Uganda Limited (subsidiária da BIDCO) já clareou mais de 6.500 ha de florestas e pradarias e substituiu grande parte delas com dendezeiros que estarão prontos para serem processados neste ano.

A despeito das promessas feitas pelo governo e a companhia, o projeto de dendezeiros não conseguiu cumpri-las. Conforme um recente relatório elaborado pelo Fórum da ONG do distrito de Kalangala (KADINGO), a população local está enfrentando graves impactos.

O estabelecimento das plantações teve altos impactos ambientais a começar pelo

desmatamento e o esgotamento da água; e a população local já não pode obter grande parte dos produtos e serviços florestais que desapareceram em decorrência da plantação. Contudo, o impacto mais grave que as comunidades locais estão enfrentando é a apropriação de suas terras por parte das empresas plantadoras. No distrito de Kalangala, a população local não tem a posse legal das terras. As empresas plantadoras recebem tanto concessões ou títulos territoriais dessas terras quanto o apoio do governo para reprimir qualquer oposição das comunidades locais que puder ocorrer.

Tem havido erupções de disputas territoriais entre a BIDCO e a comunidade pela propriedade das terras. Alguns moradores não podem dizer com certeza como será seu futuro simplesmente porque a terra na qual estão estabelecidos é reclamada pela BIDCO.

Adicionalmente, muitas comunidades têm sido deslocadas das áreas que usavam para lavouras e pastoreio, e assim alguns foram obrigados a vender seus animais. Apesar de que aos moradores sem terra em Bwendero, Buguzi e Mulabana tinham lhes dito que receberiam ajuda para comprar terras para se restabelecerem, as comunidades deslocadas em Buswa e Mugela ou não foram compensadas pela perda de modo algum ou receberam uma compensação totalmente inadequada.

As terras públicas foram cedidas e isso afetou as comunidades locais que têm habitado essas terras e delas dependiam para seu sustento. Além disso, o auge do mercado de terras na ilha atraiu investidores para a compra de terras privadas. A maior parte das comunidades locais e indígenas que durante anos viveu em tais terras foram cercadas ou deslocadas.

Em consequência, as comunidades locais que viviam tanto em terras públicas quanto privadas perderam seus meios de vida. Mesmo aqueles que ainda não foram afetados estão preocupados pelo futuro e não podem fazer investimentos em terras no longo prazo. No povoado de Mugoye, mais de 100 pessoas atualmente vivem em um enclave rodeados por plantações de dendezeiros. A população local está preocupada pelo que pode acontecer se os “donos” das terras decidem vendê-las aos proprietários do Projeto ou transformá-las em plantações de dendezeiros sob o modelo de terceirização.

As terras com recursos naturais como as florestas têm providenciado uma rede de proteção para as vítimas das mudanças sociais, deslocamentos, desemprego, perda de oportunidades nas áreas urbanas, etc. Essa perda aumentou a vulnerabilidade das comunidades diante de tais mudanças/choques sobre as quais elas não têm nenhum controle.

Além disso, há muitos conflitos entre as comunidades e o Projeto devido a terem o acesso denegado a:

- usar a rede de caminhos do projeto para transportar/movimentar o gado;
- servir-se dos recursos hídricos localizados na área do projeto que antes as comunidades podiam usar; alguns foram destruídos quando a floresta foi clareada para as atividades do projeto, especialmente os poços em Kibaale;
- usar terras de pastoreio dentro da área do projeto, o que pode levar à confiscação

dos animais que “entram em propriedade privada” com multas exorbitantes de cerca de 50.000 por animal, ou ao os animais serem esquartejados e consumidos gratuitamente– o que desencoraja a criação de animais na maior parte da área do projeto.

Um problema especialmente grave foi originado por o projeto ter tomado posse de áreas de extração de areia e denegando a possibilidade de as comunidades locais e indígenas terem acesso a materiais de construção, como é o caso de Bukuzzindu. A área funcionava como um serviço comunitário onde podia ser obtida areia para a construção mas quando o projeto se apropriou do local, as comunidades locais e indígenas foram privadas de aceder a esse material vital. A área foi destinada à plantação de dendezeiros e à infra-estrutura de alojamento para o pessoal diretivo e os trabalhadores. A recusa da BIDCO de desocupar a área está criando fricção entre a empresa e a comunidade, até o ponto de a comunidade reagir cavando valetas ao longo dos caminhos para causar acidentes nos veículos da BIDCO.

Na corrida da companhia por ter mais terras para plantar, até os parquinhos das crianças da comunidade de Kasenyi- Bamungi foram transformados em plantações de dendezeiros!

Devido aos planos da BIDCO para estabelecer 30.000 hectares a mais no continente, é importante informar as comunidades locais que vivem na área alvo das plantações sobre os impactos negativos dos 10.000 hectares já plantados nas ilhas. A expansão planejada não só não irá melhorar mas irá piorar os meios de vida da população- e as comunidades afetadas das ilhas Bugala em Kalangala podem providenciar mais do que amplas evidências disso.

Artigo baseado em informações obtidas de: “A study to identify key issues for engagement about the oil palm project in Ssesse islands Kalangala district: A case study of Buggala and Bunyama island in Kalangala district” enviado por David Mwayafu. O relatório na íntegra está disponível em Email: [Kalangalango@yahoo.com](mailto:Kalangalango@yahoo.com)

**início**

---

### **Uruguai: histórias eucalipticas e celulósicas da Ence, Arauco e Stora Enso**

As monoculturas de árvores continuam avançando sobre as pradarias uruguaias, e hoje ocupam cerca de um milhão de hectares de terras antes voltadas para a produção de alimentos. Já fizemos referência várias vezes aos impactos destas monoculturas sobre o ambiente e as pessoas, e no boletim N°139, incluímos testemunhos recentes de produtores rurais familiares do departamento de Paysandú (vide <http://www.wrm.org.uy/boletin/139/Uruguay.html>).

Aos impactos sociais e ambientais de tais monoculturas acrescenta-se a progressiva apropriação de terras por parte de grandes empresas. Hoje em dia, 4 empresas estrangeiras são proprietárias de quase 600.000 hectares de terras- Stora Enso (Suécia/ Finlândia), Arauco (Chile), Weyerhaeuser (EUA) e Botnia (Finlândia)- constituindo-se assim nos maiores latifundiários do país.

Recentemente aconteceu um fato inédito, que mostra a maneira de agir destas empresas: a venda por parte da espanhola Ence da quase totalidade de seus ativos no Uruguai, como forma de enfrentar seus graves problemas financeiros na Espanha. Até então, a Ence era uma das maiores proprietárias de terras no país, com um total de 160.000 hectares e tinha um projeto de instalação de uma fábrica de celulose já aprovado pelo governo. Suas plantações tinham sido subsidiadas, tinha sido isenta de impostos e recebido uma zona franca para instalar sua fábrica; mas decidiu ir embora e partiu, enchendo os bolsos com todos os benefícios recebidos através da venda de suas terras e plantações.

Os ativos da Ence foram adquiridos por um consórcio integrado por duas empresas que até então eram proprietárias- em conjunto- de um total de 110.000 hectares: a sueco-finlandesa Stora Enso e a chilena Arauco. A partir dessa venda- decidida e negociada entre três empresas estrangeiras- surgiu, da noite para o dia, o maior latifúndio na história do país: 253.000 hectares nas mãos de um consórcio estrangeiro.

O objetivo declarado do consórcio Arauco/ Stora Enso é a instalação de uma gigantesca fábrica de celulose a ser alimentada com plantações de eucaliptos. Este seria o maior mega- projeto celulósico do mundo, já que implicaria a instalação de uma fábrica capaz de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose, sendo que a maior fábrica existente até agora tem uma produção de 1 milhão de toneladas. Com essas dimensões, qualquer acidente, erro humano ou defeito seria catastrófico e o nível de emissões, mesmo que fossem pequenas, implicaria uma acumulação de impactos também de grandes dimensões.

O histórico destas empresas não deixa agourar nada de bom. Ambas empresas são responsáveis de graves impactos sociais e ambientais nos países em que se instalaram e como exemplos geograficamente próximos a nosso país podemos citar os casos da Stora Enso no Brasil (Veracel) e da Arauco no Chile (CELCO) e na Argentina (Alto Paraná).

A instalação da Stora Enso no estado da Bahia, Brasil, implicou a expansão das monoculturas de eucalipto na região, resultando em uma série de graves impactos sociais e ambientais. Conforme os Pataxó que habitam na área, a empresa apropriou-se das terras com falsos títulos de propriedade, desmatou a vegetação nativa, envenenou e envenena fontes de água com os agrotóxicos aplicados causando a mortandade de animais e peixes. Por sua vez, os camponeses afirmam que a empresa só tem promovido a concentração de terras, a monocultura e a expulsão do homem do campo.

Os impactos da empresa foram documentados minuciosamente em um relatório da organização local CEPEDES (2008), cujo título é por demais ilustrativo: : “Uma História de ilegalidade, descaso e Ganância! Violações Socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose”. (vide relatório na íntegra em: [http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/CEPEDES\\_2008.pdf](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/CEPEDES_2008.pdf))

Quanto à chilena Arauco, as atividades da empresa na província de Misiones- Argentina também significaram uma série de impactos sociais e ambientais, tanto por sua fábrica de celulose- a maior da província- quanto por suas plantações de

pinheiros. Os testemunhos locais coincidem em denunciar fortes dores de cabeça, alergias e doenças respiratórias como algo muito comum no povo, localizado a poucos quilômetros da fábrica. Os moradores contam que há dias (e em especial noites) em que não podem nem respirar e o cheiro se torna insuportável. Também fazem referências aos baixos salários que a fábrica oferece e ao sistema repressivo que nela impera.

No Chile, a empresa também foi alvo de inúmeras denúncias por parte de comunidades locais, principalmente do povo mapuche que tem sido reprimido e tem visto seu território usurpado pela empresa. Além disso, a Arauco também foi responsável por uma gravíssima poluição na região de Valdivia que afetou o santuário do rio Cruces, sítio Ramsar e habitat dos cisnes-de-pescoço-preto. O rio Cruces era o local de nidificação mais importante da América do Sul para os cisnes-de-pescoço-preto e a maior fonte de receita por turismo para a população local. O que começou com denúncias da comunidade afetada pelo cheiro enjoativo alastrado pelo vento acabou com a morte maciça dos cisnes-de-pescoço-preto e os decorrentes impactos econômicos vinculados ao turismo na região.

A pesar de sus impactos ya constatados y documentados en Chile y Brasil, estas empresas seguramente afirmarán que en Uruguay su fábrica no va a contaminar y que sus plantaciones no tienen, no han tenido y no tendrán impactos. Quien quiera creer historias ... que las crea. Pero que sepa que no son más que historias.

Apesar dos impactos já constatados e documentados no Chile e no Brasil, é claro que estas empresas afirmarão que no Uruguai sua fábrica não provocarão poluição e que suas plantações não têm, não tiveram nem terão impactos. Quem quiser acreditar histórias... pode acreditar. Mas deve saber que só são histórias.

**início**

---

### **A ArborGen procura legalizar os Eucaliptos GM nos EUA. O Brasil não está longe disso**

“O eucalipto é a perfeita árvore neoliberal, porque cresce rapidamente, mata tudo o que cresce em redor dela e gera grandes lucros para poucas pessoas”. Jaime Avilés, La Jornada, México

A ArborGen, líder internacional na pesquisa e desenvolvimento de árvores geneticamente modificadas (GM) está avançando rapidamente com planos para o lançamento comercial de seus “produtos” de árvores GM tanto nos EUA quanto no Brasil. A ArborGen, com sede na Carolina do Sul, nos Estados Unidos da América, tem recebido aprovação preliminar do governo dos EUA para lançar mais de quatro milhão de eucaliptos GM fluorescentes, tolerantes ao frio, com baixo conteúdo de lignina em sete estados no sudeste dos EUA. Este é um importantíssimo passo para o lançamento comercial desregulado de plantações em grande escala de eucaliptos GM. A ArborGen já tem começado o processo de petição ao governo de autorização para desenvolver comercialmente as plantações de eucaliptos GM já em 2010. No Brasil, a ArborGen tem começado seus planos para lançar comercialmente os eucaliptos GM em 2012, mas considerando o estado da tecnologia nos EUA,

poderia ser ainda mais cedo.

As plantações de eucaliptos GM seriam utilizadas para a pasta de papel, a celulose de “segunda geração”, produção de combustíveis para transporte ou de eletricidade obtida a partir de lenha. Estas plantações de eucaliptos GM tolerantes ao frio apresentam uma ameaça sem precedentes para as florestas, tanto nos EUA quanto globalmente. A característica de tolerância ao frio permitirá o desenvolvimento de plantações de eucaliptos GM em uma área geográfica bem mais ampla que a atual dos eucaliptos. Da mesma forma, esses eucaliptos convencionais têm sido um desastre social e ecológico para as florestas e as comunidades dependentes das florestas nas regiões onde as plantações de eucaliptos crescem atualmente; os eucaliptos GM tolerantes ao frio ameaçarão as comunidades e as florestas em regiões maiores ainda.

No sudeste dos EUA, um de cinco acres florestados está constituído por plantações de monoculturas de pinus, mas os frios invernos da área têm impossibilitado o crescimento dos eucaliptos. Os eucaliptos poderão cedo substituir essas plantações de pinus, com significativos impactos. As árvores de eucaliptos, por exemplo, utilizam 2.5 vezes mais água do que os pinus e possuem raízes que crescem bem mais profundamente que as dos pinus, ameaçando as fontes de água subterrânea em uma região que já experimenta extrema seca em muitas áreas.

As grandes plantações de eucaliptos não geneticamente modificados têm esgotado a disponibilidade de água potável para as comunidades, florestas e outros ecossistemas. No Distrito Lumaco do Chile, por exemplo, algumas comunidades indígenas Mapuche estão completamente rodeadas de plantações de eucaliptos. Apesar de que antigamente tinham acesso a água potável o ano todo, atualmente devem trazer água em caminhões porque as plantações de eucaliptos têm esgotado o fornecimento local de água. Além disso, os químicos usados nas plantações de eucaliptos têm poluído a água subterrânea, levando a taxas crescentes de doenças nas comunidades Mapuche.

Os eucaliptos também são bem mais inflamáveis que as plantações de pinus. Na primavera de 2007, os incêndios nas florestas e plantações de pinus de Georgia e Florida ocorreram durante semanas a fio. Se tivessem sido plantações de eucaliptos, os incêndios teriam sido significativamente piores. Um exemplo dramático do perigo dos incêndios de eucaliptos foi visto na Austrália mais cedo neste ano. Violentos incêndios, exacerbados pela seca, avançaram a mais de 100 quilômetros por hora, devastando a vida silvestre e matando 173 pessoas.

As árvores de eucaliptos, que são altamente invasivas, também produzem um composto que inibe o crescimento de outras plantas, permitindo que os eucaliptos formem monoculturas quando se escapam das plantações. De acordo com o Projeto de Resumo de Espécies Introduzidas da Universidade de Columbia, “A perda de biodiversidade e hábitat é uma grande ameaça dos ... eucaliptos. Cria monoculturas virtuais e pode rapidamente invadir áreas compatíveis vizinhas, mudando o ecossistema completamente.”

O eucalipto grandis, uma das espécies de eucaliptos utilizada no híbrido de eucalipto GM também é hospedeiro conhecido do mortal fungo patogênico

*Cryptococcus gattii*. O *Cryptococcus gattii* pode causar meningite fúngica fatal em pessoas e animais que inalarem suas esporas. O fungo era achado antigamente nos trópicos, mas recentemente tem sido achado em British Columbia no Canadá e no Noroeste Pacífico dos EUA.

Além desses impactos perigosos, legalizar os eucaliptos GM abriria a porta ao lançamento comercial de outras árvores GM, incluindo árvores com parentes nativas, como choupo e pinus, que inevitavelmente e irreversivelmente poluiriam as florestas nativas com características GM, devastando os ecossistemas de florestas, a vida silvestre e as comunidades que dependem da floresta. Se as árvores GM escaparem, não haverá forma de trazê-las de volta. A única forma de deter a poluição genética das florestas nativas é proibir o lançamento comercial das árvores GM antes de que seja tarde demais.

A Campanha STOP GE Trees está mobilizando-se para combater esta ameaça. Estamos reunindo expertos em engenharia genética, proteção das florestas, incêndios, solos, água e eucaliptos para desenvolver a campanha para deter os planos da ArborGen. Se você conhecer expertos que possam ajudar, contate-nos!

Precisamos sua ajuda! Esta será uma longa batalha – A ArborGen tem milhões de dólares em lucros em jogo e estará ativando seu maquinário de Relações Públicas. Ajude-nos a deter essas mortais plantações de eucaliptos GM.

Para receber alertas de atualizações desta situação e envolver-se na luta para deter os eucaliptos GM, envie um e-mail para <mailto:info@globaljusticeecology.org> ou visite nosso site <http://www.nogetrees.org>.

Por Anne Petermann, Global Justice Ecology Project, email: [globalecology@gmavt.net](mailto:globalecology@gmavt.net)

[início](#)

---

## **PALAVRAS E NÃO FATOS NAS CONVERSAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA**

### **A fenda aberta entre a ciência do clima e as negociações climáticas**

O rombo entre a ciência do clima e as negociações climáticas ficou ilustrado de forma drástica na Reunião das Nações Unidas sobre o Clima realizada em Bonn nos primeiros dias de junho. Enquanto os cientistas nos dizem que são necessárias maiores reduções de gases de efeito estufa, os governos estão estabelecendo alvos de redução de emissões tão baixos que quase representam uma garantia de a mudança climática continuar descontrolada.

Em um evento paralelo, organizado pelo Instituto Potsdam para a Pesquisa do Impacto Climático, cientistas ministraram uma série de palestras intituladas: “Emissões controladas para permanecer abaixo de 2°C – as propostas atuais poderão conseguir isso?”. Katje Frieler do Instituto Potsdam mencionou que mais de 100 países exigem o objetivo de limitar o aquecimento global a 2° C ou menos. “Quanto devem ser reduzidas as emissões para atingir esse alvo?” ela perguntou. E apresentou gráficos assustadores. Se tudo continuar igual as emissões irão produzir

um aumento na temperatura entre 3°C e 8°C até o ano 2100. Contudo, o número significativo foi 1 trilhão de toneladas de CO<sub>2</sub>, essa é o volume total de emissões que podemos produzir entre 2000 e 2050 se a probabilidade de exceder os 2°C for limitada a 25 por cento. A notícia ruim é que já emitimos a terceira parte desse volume nos últimos nove anos.

Joeri Rogelj piorou as coisas. Ele analisou os alvos que os países estão estabelecendo atualmente para a redução de emissões. E concluiu que se cada país atinge o alvo que estabeleceu temos “praticamente a certeza de exceder os 2°C”, com concentrações médias de CO<sub>2</sub> de mais de 700 partes por milhão até 2100.

Bill Hare do Instituto Potsdam e da organização Climate Analytics resumiu as implicações dos achados que foram publicados na revista Nature em 30 de abril de 2009. “Menos da quarta parte das reservas de combustíveis fósseis disponíveis e economicamente recuperáveis ainda podem ser queimadas e emitidas desde o ano 2009 até o ano 2050”, ele afirmou.

George Monbiot salientou que, “A prova do compromisso de todos os governos para deterem o colapso climático consiste em saber se eles estão preparados para impor um limite no uso das reservas [de combustíveis fósseis] já descobertas, e uma moratória permanente na exploração de novas reservas. Caso contrário são apenas papo furado.

A urgência manifestada na apresentação do Instituto Potsdam não se reflete nas negociações oficiais em Bonn. Nenhuma das delegações governamentais presentes em Bonn falou de impor qualquer limite no uso dos combustíveis fósseis. O Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo na Convenção (AWGLCA) redigiu o rascunho de um texto de negociações de 200 páginas, que é quase quatro vezes maior que o rascunho redigido antes do encontro. O Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre o Protocolo de Kyoto não chegou a nenhum acordo em relação ao alvo de redução de emissões até 2012. Ou seja, papo furado.

Além de determos a queima e extração de combustíveis fósseis, é necessário determos o desmatamento. Mas, em Bonn, houve apenas um pequeno avanço durante a discussão sobre a redução de emissões provindas do desmatamento e a degradação das florestas (REDD). Em uma sessão informal plenária Michael Zammit Cutajar, o representante do AWGLCA, falou extensamente sobre chaves e colchetes. Falou da “falta de perfeição das chaves” e de algo que chamou “parênteses mentais”.

Em uma reunião do AWGLCA sobre REDD durante a segunda semana das conversas, foi surpreendente a sensação de alguém ter sonhado com REDD na noite anterior depois de tomar um ou dois copos de Kölsch. Durante 90 minutos os delegados bateram papo sobre a REDD como se não tivessem existido discussões anteriores sobre o assunto. Outros debates do AWGLCA foram diabolicamente complexos, enfatizando discussões sobre REDD plus; REDD e NAMAs; REDD e LULUCF; RED e MRV; REDD e CBD; REDD e UNDRIPs; REDD e comércio de carbono; REDD e compensação; REDD e cálculos de carbono. O que significa isso tudo não é o importante já que não há quase nenhum acordo nessas questões.

Contudo, enquanto as negociações oficiais sobre REDD se afogam em um mar de

acrônimos, há organizações como The Nature Conservancy (TNC) que estão indo fundo com sua própria versão de REDD. Em um evento paralelo em Bonn, Sarene Marshall da TNC descreveu o Programa Piloto de REDD em Berau que abrange uma área de 2,2 milhões de hectares em Kalimantan do Leste. O objetivo é clarear 780.000 hectares dessa área. Isso seria a “extração de madeira de impacto reduzido/certificação”, garante a apresentação de Marshall. O projeto então iria “vender ‘créditos’ de redução de emissões a compradores voluntários do mercado de carbono.”

Nisso, há dois problemas sérios. Primeiramente, a extração de madeira produzirá grandes volumes de emissões. Comparar estas emissões com o que poderia ter acontecido com extrações mais destrutivas é uma fraude. Um novo relatório da Global Witness, “Interesses criados – extração industrial de madeira e carbono em florestas tropicais” documenta como a atividade madeireira de impacto reduzido “mata 5-10 árvores por cada árvore que se pretende cortar e libera entre 10 e 80 toneladas de carbono por hectare.” A extração madeireira também faz as florestas se tornarem mais vulneráveis a maior desmatamento e a incêndios. “Durante os eventos do El Niño no final da década de 90, 60% das florestas clareadas na Bornéu indonésia viraram fumaça comparadas com 6% de floresta primária,” aponta a Global Witness.

O segundo problema é que precisamos reduzir as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis e deter o desflorestamento, especialmente o corte em escala industrial de florestas primárias. Não podemos compensar uma coisa com a outra. “Na prática, a compensação tem um impacto desastroso nas possibilidades de evitar uma mudança climática catastrófica,” escreve a Amigos da Terra em um novo relatório sobre compensações. “A compensação não deve ser difundida em Copenhague. Os novos programas de compensação devem ser abandonados e sair das negociações, e os mecanismos de compensação existentes precisam ser descartados.”

O slide mais extraordinário na apresentação de Sarene Marshall em Bonn sobre o projeto de Berau foi intitulado: “Estrutura da Fase I de REDD em Berau”. O slide esquematiza as transferências de dinheiro. Uma flecha com três símbolos de dólar vai de “Financiadores” a “Concessões de madeira”. Um fundo de investimentos e uma unidade de manejo do projeto devem ser estabelecidos. Por baixo das palavras “Atividades de REDD” há três caixas com as etiquetas: “Concessões de madeira”, “Dendezeiros” e “Florestas protegidas”. E na parte inferior, a palavra “compensações”. Uma caixa inclui as palavras “Governo Local, Governo Nacional, Sociedade Civil, etc.” e as outras duas são para “Governo” e “Comunidades”. Nenhuma delas parece fazer parte da supervisão dos fluxos de dinheiro, nem de nada mais. O slide de Marshall apresenta a infra-estrutura política e financeira que será estabelecida pela TNC, uma ONG americana, que não foi, pelo menos até onde eu sei, eleita para governar essa área de Kalimantan. Isso não é democracia. Isso é carbocracia.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org/>

Global Witness, “Vested interests - Industrial logging and carbon in tropical forests”.  
<http://bit.ly/F7a14>

---

## **GenderCC exige deter o desmatamento de vez sem promover a compensação de carbono**

As Reuniões sobre o Clima de junho de 2009 em Bonn serviram de cenário para expressar o renovado entusiasmo por incluir a preservação das florestas nas negociações da mudança climática.

Por um lado, propostas polêmicas apóiam com entusiasmo os incentivos econômicos para proteger as florestas. Por outro, fortes argumentos alertam sobre o estabelecimento de mecanismos de mercado que permitiriam continuar "na mesma" ao invés de deter de vez o desmatamento que é uma causa significativa das emissões de carbono.

A rede mundial de mulheres e especialistas de gênero, Gender CC, tem estado completamente engajada no processo da UNFCCC. Em Bonn, o grupo emitiu uma declaração que salienta que o apoio das negociações das Nações Unidas sobre a mudança climática à "proteção e restauração das florestas e ecossistemas de apoio" deveria abranger várias dimensões, incluídos os direitos humanos.

Isso significa que qualquer medida em relação à proteção das florestas deve respeitar e fortalecer "todos os direitos das comunidades indígenas e de habitantes das florestas que até agora as conservaram, dando especial apoio aos direitos tradicionais das mulheres e aos sistemas de conhecimento". Devem ser incorporados guardiões tradicionais "no centro da toma de decisões e do planejamento desde o nível base aos mais altos níveis"

De acordo com os padrões de direitos humanos, também é preciso preservar e restaurar as florestas "devido a seu valor em biodiversidade e ao sustento das comunidades das florestas que delas dependem- as florestas providenciam moradia e sustento para cerca de 300 milhões de pessoas no mundo todo.

Existe o risco de que propostas e projetos para a redução das emissões devidas ao desmatamento e à degradação (RED/D) venham a tornar-se mecanismos de mercado que permitam a compensação de carbono: "Alguns dos programas REDD propostos e a relacionada iniciativa biochar serviria para manter economias altas em carbono ao serem possíveis as compensações de tecnologias e economias com altas emissões. A 'poupança' projetada por REDD iria, então, permitir e promover a retenção e a expansão de economias de alto carbono talvez compensando-as com plantações industriais de árvores. Isso é inaceitável", afirmou GenderCC que também alertou para o fato de "as plantações de árvores serem disfarçadas como florestas sob REDD e outros MDL, terem acesso à proteção legal das florestas, e já estarem gerando violações de direitos humanos e prejuízos ambientais que incluem a exacerbação da mudança climática."

A declaração do grupo manifestou o perigo que "grandes quantias de dinheiro

transferidas através de programas REDD poderiam acarretar rápidas mudanças na produção, o consumo e os padrões culturais das sociedades tradicionais. Em uma economia do dinheiro, “as mulheres poderiam ser as mais excluídas, acabando com seus direitos ancestrais como mulheres indígenas, comprometendo seu sustento e desbaratando seus sistemas de conhecimento”.

A GenderCC exige com veemência: “A questão é a redução das emissões”. Os programas de compensação e comércio de carbono só implicarão um desvio.

(A declaração na íntegra está disponível em <http://www.gendercc.net/policy/conferences/road-to-copenhagen.html>)

**início**